

CARLOS HENRIQUE SOARES

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil – PUC Minas e Universidade Nova de Lisboa,
Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas, Ex-Professor da Faculdade Izabela Hendrix,
Ex-Professor da Faculdade Estácio de Sá (BH) e Professor da Faculdade Pitágoras – BH,
Professor de Pós-Graduação em Direito Processual Civil
(IEC-MG, CEAJUFE, APROBATUM, PRAETORIUM, UNIFENAS, FDSM),
Escritor de diversos livros e artigos jurídicos, Palestrante, Advogado militante.
e-mail: carlos@pdsc.com.br

RONALDO BRÊTAS DE CARVALHO DIAS

Doutor em Direito Constitucional pela UFMG, Mestre em Direito Civil pela UFMG,
Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas, Professor da Pós-Graduação
em Direito Processual Constitucional da PUC Minas, Professor da Pós-Graduação do IEC-PUC Minas,
Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/Minas,
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna, Minas Gerais,
Ex-Advogado Chefe Adjunto da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil S.A.
em Minas Gerais, Ex-Diretor Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/Minas Gerais
Escritor de diversos livros e artigos jurídicos, Palestrante, Advogado militante.,
e-mail: bretas@pucminas.br

MANUAL ELEMENTAR DE PROCESSO CIVIL

2ª. edição revista, atualizada e ampliada

Notas remissivas ao projeto do novo
Código de Processo Civil Brasileiro
aprovado no Senado Federal em 15/12/2010

Revisado e atualizado com recentes julgados
do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal



Belo Horizonte
2013



Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: João Bosco de Oliveira

Revisão: Responsabilidade dos autores

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Av. Contorno, 4355 – Funcionários
Belo Horizonte-MG – CEP 30110-027
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

S676

Soares, Carlos Henrique.

Manual elementar de processo civil / Carlos Henrique Soares
e Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias. 2ª ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
1032p.
ISBN 978-85-384-0269-5

1. Processo civil. I. Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho. II. Título.

CDD: 341.46

CDU: 347.91/.95

Bibliotecária responsável: Maria Aparecida Costa Duarte

CRB 6 / 1047

962833

SUMÁRIO

1 - TEORIA GERAL DO PROCESSO

1.1 Direito processual civil	1
1.2 Relação do direito processual com os demais ramos do direito	2
1.3 Autonomia do direito processual	3
1.4 Definições iniciais.....	4
1.4.1 Processo e autos	4
1.4.2 Ação ou procedimento	5
1.4.3 Pretensão	5
1.4.4 Lide	6
1.4.5 Jurisdição	6
1.5 Evolução das técnicas de resolução de conflitos	6
1.6 Jurisdição	8
1.6.1 Jurisdição contenciosa e voluntária	11
1.6.2 Princípios da jurisdição.....	12
1.6.2.1 Princípio da investidura	12
1.6.2.2 Princípio da inafastabilidade da função jurisdicional	13
1.6.2.3 Princípio da indelegabilidade.....	13
1.6.2.4 Princípio da aderência	13
1.6.2.5 Princípio da inércia	13
1.6.2.6 Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido.....	14
1.6.2.7 Princípio do júzo natural	14

1.7 Ação e direito-de-ação	14
1.7.1 Teoria civilista da ação.....	15
1.7.2 Teoria autônoma da ação.....	15
1.7.3 Teoria concretista da ação	15
1.7.4 Teoria abstrata da ação	15
1.7.5 Teoria eclética da ação	16
1.7.6 Condições da ação.....	17
1.7.6.1 Possibilidade jurídica do pedido	17
1.7.6.2 Legitimidade de parte	18
1.7.6.3 Interesse processual	19
1.8 Processo e procedimento.....	20
1.8.1 Princípios institutivos do processo.....	25
1.8.1.1 Princípio do devido processo legal	26
1.8.1.2 Princípio do contraditório	26
1.8.1.3 Princípio da ampla defesa	27
1.8.1.4 Princípio da isonomia	27
1.8.1.5 Princípio da celeridade	28
1.8.1.6 Princípio do processo sem dilações indevidas	28
1.8.2 Princípios informativos do processo.....	28
1.8.2.1 Princípio da oralidade	29
1.8.2.2 Princípio da publicidade	29
1.8.2.3 Princípio da lealdade processual.....	29
1.8.2.4 Princípio da economia processual.....	30
1.8.2.5 Princípio do informalismo	30
1.8.2.6 Princípio da disponibilidade	30
1.8.3. Pressupostos processuais	30
1.8.3.1 Pressupostos processuais de existência.....	32
1.8.3.2 Pressupostos processuais de validade	32
1.8.3.2.1 Pressupostos processuais de validade – Pressupostos subjetivos	32
1.8.3.2.2 Pressupostos processuais de validade – Pressupostos objetivos	34

1.8.3.2.3 Verificação da ausência	
dos pressupostos processuais	36
1.9 Modelo constitucional do processo.....	36
1.9.1 Constituição e processo	36
1.9.2 Processo como pressuposto jurídico	
de legitimidade decisória	40
1.10 Decisão justa	45
1.10.1 Kelsen e a “decisão justa” – questão de validade	45
1.10.2 Dworkin e a “decisão justa” – questão de integridade.....	50
1.10.3 Rawls e a “decisão justa” – questão de equidade	58
1.10.4 Habermas e “decisão justa” – questão de legitimidade	62
1.11 Acesso à jurisdição	71
1.12 Assistência judiciária	85
1.12.1 Assistência judiciária no Brasil.....	91
1.13 Exame técnico e sistemático do	
Código de Processo Civil reformado	94
1.13.1 Noção de Código de Processo Civil	98
1.13.2 Pretensão de direito material e	
ação como direito constitucional	105
1.13.3 Estrutura técnica do Código de Processo Civil.....	121
1.13.4 Sistema normativo do Código de Processo Civil	125
1.13.5 Conclusões	131
1.14 As reformas do CPC e o modelo constitucional do processo	133
1.14.1 Reformas intermináveis do Código	136
1.14.2 Jurisdição e processo constitucional	140
1.14.3 Conteúdos normativos mais críticos: interpretação	
conforme o processo constitucional	145
1.14.3.1 Sentença clonada ou emprestada (art. 285-A)	145
1.14.3.2 Documento novo no agravo de instrumento (art. 527, V)	151
1.14.3.3 Supressão de agravo interno ou regimental: uso do	
mandado de segurança (art. 527, parágrafo único).....	152
1.14.3.4 Proibição de sentença ilícida	157

1.14.3.5 Mandado de penhora e de avaliação: o depósito (art. 475-J)	160
1.14.3.6 Impugnação do devedor e contraditório	163
1.14.4 Conclusões	164
1.15 Comentários ao Projeto do Novo Código	
de Processo Civil aprovado no Senado	165
1.15.1 À guisa de introdução: histórico do Projeto	165
1.15.2 Linha teórica constitucionalista	168
1.15.3 Críticas à estrutura sistemática	170
1.15.4 Supressão do art. 120 e do parágrafo único	
do artigo 689, por inconstitucionalidade	174
1.15.5 Defeitos normativos do procedimento	
do recurso de apelação (arts. 949 e 968)	175
1.15.6 Conteúdos normativos tecnicamente defeituosos	
e impropriedades terminológicas	177
1.15.7 Conclusão	183
1.16 Sujeitos processuais	183
1.16.1 Partes	184
1.16.1.1 Capacidade civil e processual	185
1.16.1.2 Representação e assistência	186
1.16.1.3 Curador especial	187
1.16.1.4 Outorga uxória ou marital	187
1.16.1.5 Obrigatoriedade da formação do litisconsórcio	
passivo necessário entre os cônjuges	187
1.16.1.6 Representação das pessoas jurídicas e entidades	
sem personalidade jurídica	188
1.16.1.7 Ausência de capacidade processual	
ou irregularidade de representação	190
1.16.1.8 Direitos e deveres das partes	190
1.16.1.9 Responsabilidade das partes por dano processual	191
1.16.1.10 Despesas e multas	192
1.16.2 Advogado	195
1.16.2.1 Advogado no Brasil	201
1.16.2.2 Advogado na Constituição de 1988	204

1.16.2.3 Indispensabilidade do advogado	205
1.16.2.4 Procuração	210
1.16.2.5 Direitos e deveres do advogado	210
1.16.2.6 Substituição das partes e dos procuradores	212
1.16.2.7 Responsabilidade civil do advogado.....	213
1.16.2.8 Honorários advocatícios	215
1.16.2.9 Defensoria pública	216
1.16.3 Litisconsórcio.....	217
1.16.3.1 Classificação do litisconsórcio	217
1.16.3.2 Litisconsórcio facultativo e necessário	218
1.16.3.3 Participação dos litisconsortes	220
1.16.4 Intervenção de terceiros	221
1.16.4.1 Assistência.....	222
1.16.4.2 Assistência simples	222
1.16.4.3 Assistência litisconsorcial	224
1.16.4.4 Direitos do assistido	226
1.16.4.5 Assistência e coisa julgada	226
1.16.5 Oposição	229
1.16.5.1 Procedimento da oposição	229
1.16.5.2 Momento para a realização da oposição	230
1.16.5.3 Decisão no procedimento da oposição	230
1.16.6 Nomeação à autoria	230
1.16.6.1 Cabimento da nomeação à autoria	230
1.16.6.2 Descabimento da nomeação à autoria	231
1.16.6.3 Procedimento	231
1.16.6.4 Responsabilidade civil.....	232
1.16.7 Denúnciação da lide.....	232
1.16.7.1 Obrigatoriedade da denúnciação da lide	232
1.16.7.2 Momento para requerimento da denúnciação da lide	234
1.16.7.3 Suspensão da ação principal	234
1.16.7.4 Procedimento da denúnciação da lide.....	234
1.16.7.5 Denúnciação sucessiva	234
1.16.8 Chamamento ao processo	235

1.16.8.1	Momento e prazo para realizar o chamamento ao processo	235
1.16.8.2	Suspensão do processo principal	235
1.16.8.3	Procedimento do chamamento ao processo	235
1.16.9	Quadro comparativo das modalidades de intervenção de terceiros	236
1.16.10	Ministério Público.....	236
1.16.10.1	Autonomia administrativa e financeira do Ministério Público.....	238
1.16.10.2	Organização do Ministério Público	238
1.16.10.3	Garantias do Ministério Público	239
1.16.10.4	Deveres do Ministério Público	239
1.16.11	Juiz	240
1.16.11.1	Princípios jurisdicionais.....	240
1.16.11.2	Número de juízes na unidade jurisdicional	245
1.16.11.3	Ingresso na magistratura	245
1.16.11.4	Promoção dos magistrados	246
1.16.11.5	Garantias constitucionais da magistratura	247
1.16.11.6	Vedações à magistratura.....	247
1.16.11.7	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz	247
1.16.11.8	Responsabilidade do Estado por ato da função jurisdicional	248
1.16.11.9	Aspectos críticos da responsabilidade do Estado por ato da função jurisdicional.....	249
1.16.11.9.1	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	293
1.16.11.9.2	Considerações críticas	301
1.16.12	Impedimentos e suspeição do juiz	306
1.17	Organização do Judiciário.....	308
1.17.1	Autonomia administrativa e financeira dos órgãos judiciários	310
1.17.2	Supremo Tribunal Federal.....	310
1.17.3	Conselho Nacional de Justiça	312
1.17.4	Superior Tribunal de Justiça	314

1.17.5 Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.....	316
1.17.6 Tribunais do Trabalho e Juízes do Trabalho	318
1.17.7 Tribunais Eleitorais e Juízes Eleitorais.....	319
1.17.8 Tribunais e Juízes Militares	321
1.17.9 Tribunais e Juízes Estaduais	321
1.18 Competência	322
1.18.1 Perpetuatio jurisdictionis	323
1.18.2 Critérios para a determinação da competência	324
1.18.3 “Competência internacional”.....	325
1.18.3.1 Competência internacional concorrente.....	325
1.18.3.2 Competência internacional exclusiva	326
1.18.4 Competência interna – critérios de fixação.....	327
1.18.4.1 Competência em razão da matéria	327
1.18.4.2 Competência em razão do local.....	328
1.18.4.3 Competência em razão do local – foros especiais <i>ratione personae</i>	330
1.18.5 Foro de eleição	332
1.18.6 Modificação da competência	332
1.18.7 Declaração de incompetência	335
1.18.8 Competência absoluta e relativa	335
1.18.9 Prorrogação da competência.....	336
1.18.10 Conflito de competência.....	336
1.19 Auxiliares da justiça.....	338
1.19.1 Escrivão e oficial de justiça	338
1.19.2 Perito	339
1.19.3 Depositário e administrador	340
1.19.4 Intérprete.....	340
1.20 Atos processuais	340
1.20.1 Forma dos atos processuais	341
1.20.2 Princípio da publicidade	341
1.20.3 Uso obrigatório do vernáculo	342
1.20.4 Atos da parte	342
1.20.5 Atos do juiz	343

1.20.6 Atos do escrivão ou chefe de secretaria	344
1.20.7 Meios de expressão dos atos processuais	344
1.20.8 Atos processuais no tempo	346
1.20.9 Lugar dos atos processuais	347
1.20.10 Prazos	348
1.20.10.1 Prazos dilatatórios e peremptórios	349
1.20.10.2 Preclusão	350
1.20.10.3 Contagem do prazo	351
1.20.10.4 Principais prazos processuais do Código de Processo Civil	354
1.21 Comunicações dos atos processuais entre juízos – cartas	356
1.21.1 Requisitos das cartas	356
1.21.2 Carta pelo meio virtual	356
1.21.3 Prazo para cumprimento da carta	357
1.21.4 Procedimento das cartas	357
1.22 Nulidades processuais	358
1.22.1 Princípios que regem as nulidades processuais	359
1.22.2 Momento para arguir a nulidade	360
1.22.3 Ausência de participação do Ministério Público – nulidade absoluta	360
1.22.4 Ausência de citação ou intimação – nulidade absoluta	360
1.22.5 Nulidade dos atos processuais	361
1.22.6 Erro na escolha do procedimento	361
2 - PROCESSO DE CONHECIMENTO	
2.1 Definição	363
2.2 Espécies de procedimentos	364
2.3 Como escolher o procedimento	365
2.4 Hipóteses de cabimento dos procedimentos especiais	366
2.5 Hipóteses de cabimento dos procedimentos • comum sumário e ordinário	367
2.6 Hipóteses de cabimento do procedimento do juizado especial cível estadual	368
2.7 Formação, suspensão e extinção do procedimento	369

2.7.1	Formação do procedimento.....	370
2.7.2	Suspensão do procedimento.....	372
2.7.3	Extinção ou resolução do procedimento	373
2.8	Procedimento comum ordinário.....	376
2.8.1	Fase postulatória – petição inicial.....	377
2.8.1.1	Requisitos da petição inicial do procedimento comum ordinário	377
2.8.1.2	Documentos indispensáveis na petição inicial.....	379
2.8.1.3	Emenda da petição inicial	380
2.8.1.4	Deferimento da petição inicial	381
2.8.1.5	Julgamento liminar de improcedência	381
2.8.1.6	Pedido	384
2.8.1.7	Antecipação dos efeitos da sentença.....	387
2.8.1.8	Indeferimento da petição inicial.....	389
2.8.1.9	Valor da causa.....	390
2.8.1.10	Impugnação ao valor da causa	391
2.8.2	Fase postulatória – citação.....	392
2.8.2.1	Comparecimento espontâneo do réu.....	393
2.8.2.2	Requisitos para a citação válida.....	394
2.8.2.3	Efeitos da citação válida	395
2.8.2.4	Modalidades de citação.....	396
2.8.2.4.1	Citação por carta com aviso de recebimento	397
2.8.2.4.2	Citação por oficial de justiça	397
2.8.2.4.3	Citação por oficial de justiça com hora certa	398
2.8.2.4.4	Citação pelo meio eletrônico	399
2.8.2.4.5	Citação por edital	399
2.8.2.5	Intimações.....	400
2.8.3	Fase postulatória – resposta do réu.....	402
2.8.3.1	Reconhecimento do pedido pelo réu.....	403
2.8.3.2	Espécies de defesa	403
2.8.3.2.1	Contestação	404
2.8.3.2.2	Exceções	407
2.8.3.2.3	Reconvenção	409

2.8.3.3 Ausência de defesa – revelia.....	411
2.8.4 Fase do saneamento – providências preliminares.....	412
2.8.4.1 Efeito da revelia	412
2.8.4.2 Declaração incidente.....	413
2.8.4.3 Impugnação ou réplica.....	413
2.8.5 Julgamento antecipado da lide.....	414
2.8.6 Audiência preliminar	415
2.8.7 Fase instrutória ou probatória	417
2.8.7.1 Prova	417
2.8.7.2 Objeto.....	418
2.8.7.3 Meios de prova.....	419
2.8.7.4 Princípios probatórios	419
2.8.7.5 Princípio da proibição da prova ilícita.....	420
2.8.7.6 Ônus de prova	421
2.8.7.7 Fatos que independem de prova.....	423
2.8.7.8 Momento de produção de prova	423
2.8.7.9 Dever de colaboração.....	424
2.8.7.10 Espécies de prova.....	424
2.8.7.10.1 Interrogatório	424
2.8.7.10.2 Depoimento pessoal.....	425
2.8.7.10.3 Confissão.....	426
2.8.7.10.4 Exibição de documento ou coisa.....	428
2.8.7.10.5 Prova documental	429
2.8.7.10.5.1 Incidente de falsidade documental	433
2.8.7.10.5.2 Produção da prova documental.....	435
2.8.7.10.5.3 Comunidades virtuais e a prova documental	435
2.8.7.10.5.4 Correio eletrônico (e-mail) e a prova documental	437
2.8.7.10.6 Prova testemunhal.....	438
2.8.7.10.6.1 Testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas	439
2.8.7.10.6.2 Impedimento de prestar testemunho	440
2.8.7.10.6.3 Procedimento para a produção da prova testemunhal	440
2.8.7.10.7 Prova pericial	444

2.8.7.10.8 Inspeção judicial	447
2.8.8 Audiência	448
2.8.8.1 Audiência de conciliação	449
2.8.8.2 Audiência de instrução e julgamento	449
2.8.9 Fase decisória – sentença	451
2.8.9.1 Requisitos da sentença	451
2.8.9.2 Mérito, sentença terminativa e definitiva	451
2.8.9.3 Princípio da fundamentação das sentenças	452
2.8.9.4 Sentença extra petita, citra petita e ultra petita	453
2.8.9.5 Sentenças cominatórias	454
2.8.9.6 Classificação das sentenças	456
2.8.9.7 Modificação da sentença	458
2.8.9.8 Efeitos da sentença	459
2.8.9.9 Sentença com emissão de declaração de vontade	459
2.8.10 Coisa julgada	460
2.8.10.1 Coisa julgada no direito romano	460
2.8.10.2 Definições sobre coisa julgada	467
2.8.10.2.1 Chiovenda e a coisa julgada	468
2.8.10.2.2 Carnelutti e a coisa julgada	470
2.8.10.2.3 Liebman e a coisa julgada	472
2.8.10.2.4 Fazzalari e a coisa julgada	478
2.8.10.3 Coisa julgada no direito brasileiro	483
2.8.10.4 Arguição da coisa julgada	489
2.8.10.5 Limites objetivos da coisa julgada	489
2.8.10.6 Limites subjetivos da coisa julgada	489
2.8.10.7 Efeito preclusivo da coisa julgada	490
2.8.10.8 Questões implicitamente resolvidas	490
2.8.10.9 Coisa julgada inconstitucional (caso julgado)	491
2.8.10.9.1 Críticas ao pensamento de Paulo Otero	502
2.8.10.10 (Novo) conceito de trânsito em julgado	507
2.9 Procedimento comum sumário	513
2.9.1 Petição inicial	514

2.9.2 Deferimento e indeferimento da petição inicial	515
2.9.3 Emenda da petição inicial	515
2.9.4 Citação	515
2.9.5 Audiência de conciliação	515
2.9.6 Respostas do réu	516
2.9.7 Provas e audiência de instrução e julgamento	518
2.9.8 Sentença	519
3 - RECURSOS	
3.1 Definição	521
3.1.1 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal	522
3.1.1.1 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal intrínsecos.....	523
3.1.1.2 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal extrínsecos	524
3.1.1.3 Competência para interposição e julgamento dos recursos	525
3.1.1.4 Distinção entre mérito do recurso e mérito da causa	527
3.1.1.5 Error in procedendo e error in judicando	528
3.2 Princípios recursais	528
3.2.1 Princípio do duplo grau de jurisdição – Direito Constitucional	531
3.2.2 Recurso e Duplo Grau de Jurisdição.....	533
3.3 Classificação dos recursos.....	533
3.4 Efeitos dos recursos	534
3.5 Recurso na modalidade adesiva – Recurso subordinado	535
3.6 Recursos e sucumbências recursais	536
3.7 Espécies de recursos	536
3.8 Prazo	537
3.9 Irrecorribilidade dos despachos	538
3.10 Recursos – Litisconsortes	539
3.11 Técnica de arrazoar recursos.....	539
3.11.1 Introdução	539
3.11.2 Regras básicas.....	541
3.11.3 Considerações finais.....	545

3.12 Recursos em espécies.....	546
3.12.1 Apelação	546
3.12.1.1 Interposição	546
3.12.1.2 Requisitos da petição de apelação	546
3.12.1.3 Efeito devolutivo no recurso de apelação	547
3.12.1.4 Efeito translativo no recurso de apelação	547
3.12.1.5 Efeito suspensivo no recurso de apelação	547
3.12.1.6 Procedimento do recurso de apelação	548
3.12.2 Agravo	549
3.12.2.1 Prazo	550
3.12.2.2 Preparo	550
3.12.2.3 Efeitos do recurso de agravo.....	550
3.12.2.4 Procedimento do recurso de agravo retido	550
3.12.2.5 Procedimento do recurso de agravo de instrumento	551
3.12.3 Embargos infringentes	554
3.12.3.1 Prazo	555
3.12.3.2 Efeitos dos embargos infringentes	556
3.12.3.3 Preparo	556
3.12.3.4 Procedimento do recurso de embargos infringentes	556
3.12.4 Embargos de declaração	557
3.12.4.1 Omissão, contradição e obscuridade	558
3.12.4.2 Prazo e preparo	558
3.12.4.3 Embargos de declaração e princípio da fundamentação das decisões	558
3.12.4.4 Procedimento dos embargos de declaração	559
3.12.4.5 Efeito dos embargos de declaração.....	559
3.12.4.6 Interrupção do prazo	559
3.12.4.7 Embargos de declaração protelatórios	560
3.12.4.8 Embargos de declaração contra decisão interlocutória	560
3.12.4.9 Embargos de declaração com efeito infringente (modificativo)	561
3.12.4.10 Embargos de declaração com finalidade de prequestionamento.....	562

3.12.5 Recursos para o STF e STJ	563
3.12.5.1 Recurso ordinário.....	563
3.12.5.2 Cabimento	563
3.12.5.3 Efeitos	564
3.12.5.4 Prazo	564
3.12.5.5 Sustentação oral	564
3.12.6 Recurso extraordinário (Rext) e recurso especial (Resp)	564
3.12.6.1 Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	565
3.12.6.1.1 Súmulas do STF relacionadas ao Recurso Extraordinário	565
3.12.6.2 Hipóteses de cabimento do recurso especial	566
3.12.6.2.1 Súmulas do STJ relacionadas ao Recurso Especial	567
3.12.6.3 Composição e competência do Superior Tribunalde Justiça.....	567
3.12.6.4 Composição e competência do Supremo Tribunal Federal	569
3.12.6.5 Características comuns do recurso extraordinárioe especial.....	570
3.12.6.6 Prequestionamento para fins de interposição do recurso extraordinário e especial.....	571
3.12.6.7 Legitimidade e interesse	573
3.12.6.8 Fundamentação do recurso extraordinário e especial	573
3.12.6.9 Regularidade formal	574
3.12.6.10 Preparo	574
3.12.6.11 Efeito devolutivo e suspensivo	575
3.12.6.12 Procedimento do Resp. e Rext.	577
3.12.6.13 Recursos extraordinário e especial retidos	578
3.12.6.14 Repercussão geral no STF	579
3.12.6.15 Recursos repetitivos	582
3.12.6.16 Agravo contra inadmissão de recurso extraordinário e especial	583
3.12.6.17 Agravo interno ou agravo regimental	585
3.12.7 Embargos de divergência	585
3.12.7.1 Súmulas do STF e STJ relacionadas aos Embargos de Divergência.....	586

3.12.8 Uniformização de jurisprudência e súmula	587
3.12.8.1 Súmulas vinculantes	589
3.12.9 Declaração de inconstitucionalidade	592
3.12.10 Ordem dos processos no Tribunal	593
3.12.11 Ação rescisória	596
3.12.11.1 Cabimento da ação rescisória	596
3.12.11.2 Legitimidade	598
3.12.11.3 Prazo	599
3.12.11.4 Competência	599
3.12.11.5 Petição inicial	600
3.12.11.6 Cumprimento da sentença rescindenda	600
3.12.11.7 Citação	601
3.12.11.8 Defesa	601
3.12.11.9 Provas.....	602
3.12.11.10 Sentença	602
4 - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	
4.1 Considerações preliminares	605
4.2 Liquidação de sentença	606
4.2.1 Liquidação por cálculo aritmético	607
4.2.2 Liquidação por arbitramento.....	608
4.2.3 Liquidação por artigos	608
4.2.4 Procedimento de liquidação	608
4.3 Cumprimento da sentença.....	609
4.3.1 Sincretismo entre cognição e execução no Código de Processo Civil	609
4.4 Cumprimento da sentença de obrigação de fazer ou não fazer.....	612
4.4.1 Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de fazer ou não fazer	613
4.5 Cumprimento da sentença de obrigação de dar	614
4.5.1 Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de dar.....	616
4.6 Cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia certa	616
4.6.1 Requerimento para instaurar a execução	618

4.6.2	Aplicação subsidiária das normas sobre processo de execução	619
4.6.3	Descabimento da multa de 10% do art. 475-J do CPC ao réu revel	619
4.6.4	Descabimento da multa de 10% do art. 475-J do CPC na execução provisória	621
4.6.5	Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia certa	622
4.6.6	Títulos executivos judiciais.....	623
4.6.7	Cumprimento da sentença provisória ou definitiva (execução provisória ou definitiva)	623
4.6.8	Competência para o cumprimento da sentença de pagar	625
4.6.9	Cumprimento da sentença por indenização decorrente de ilícito.....	625
4.6.10	Legitimidade para requerer o cumprimento de sentença	626
4.7	Processo de execução.....	627
4.7.1	Evolução do processo de execução.....	627
4.7.2	Princípios processuais executivos	630
4.7.2.1	Princípios processuais executivos constitucionais	630
4.7.2.2	Princípios informativos do processo de execução	633
4.7.3	Princípio da patrimonialidade e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	637
4.7.4	Processo de execução, contraditório e Estado Democrático de Direito	639
4.7.5	Legitimidade para requerer o processo de execução	642
4.7.6	Competência para a execução fundada em título executivo extrajudicial.....	642
4.7.7	Cumulação de execuções	642
4.7.8	Competência para a execução fiscal	643
4.7.9	Cumprimento dos atos executórios.....	645
4.7.10	Títulos executivos extrajudiciais.....	645
4.7.11	Ação anulatória de título executivo extrajudicial	647
4.7.12	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	648

4.7.13	Requisitos dos títulos executivos extrajudiciais	648
4.7.14	Requisitos necessários	
	para realizar qualquer execução	648
4.7.15	Execução por iniciativa do devedor.....	650
4.8	Responsabilidade patrimonial.....	650
4.8.1	Fraude de execução.....	652
4.9	Disposições gerais do processo de execução	654
4.10	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	655
4.11	Nulidade de execução	657
4.12	Espécies de execução	657
4.12.1	Petição inicial.....	658
4.12.2	Citação	661
4.12.3	Execução para a entrega de coisa.....	662
4.12.3.1	Entrega de coisa certa	662
4.12.3.2	Entrega de coisa incerta	663
4.12.4	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	663
4.12.4.1	Obrigação de fazer	663
4.12.4.2	Obrigação de não fazer	665
4.12.5	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	665
4.12.5.1	Exame técnico e sistemático da execução no Código de Processo Civil	668
4.12.5.2	Dois procedimentos executivos para o credor receber obrigação por quantia certa	672
4.12.5.3	Procedimento reformado da execução por quantia certa contra devedor solvente.....	673
4.12.5.4	Bens absolutamente impenhoráveis.....	674
4.12.5.5	Remição dos bens	676
4.12.5.6	Petição inicial.....	676
4.12.5.7	Citação do devedor	676
4.12.5.8	Penhora e depósito	678
4.12.5.8.1	Bens penhoráveis e a ordem de penhora	680
4.12.5.8.2	Penhora em conta corrente ou investimento (penhora “on line”)	680

4.12.5.8.3 Substituição da penhora	682
4.12.5.8.4 Depósito	683
4.12.5.8.5 Segunda penhora	683
4.12.5.8.6 Medidas executivas acautelatórias	684
4.12.5.8.7 Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais	684
4.12.5.8.8 Penhora de estabelecimento empresarial, semoventes ou edifícios	685
4.12.5.9 Avaliação	686
4.12.5.10 Adjudicação	687
4.12.5.11 Alienação ou arrematação	687
4.12.5.11.1 Alienação por iniciativa particular	688
4.12.5.11.2 Alienação em hasta pública	689
4.12.5.12 Pagamento ao credor	693
4.12.5.12.1 Entrega do dinheiro	693
4.12.5.12.2 Usufruto de móvel ou imóvel	693
4.12.5.13 Suspensão e extinção do processo de execução	694
4.12.5.14 Decisões interlocutórias impugnáveis por agravo de instrumento	695
4.12.6 Execução contra a Fazenda Pública	698
4.12.6.1 Fazenda Pública	699
4.12.6.2 Impenhorabilidade dos bens públicos	699
4.12.6.3 Procedimento da execução contra a Fazenda Pública	700
4.12.6.4 Embargos à execução contra a Fazenda Pública	702
4.12.6.5 Precatórios	704
4.12.6.6 Emenda Constitucional nº 62 e a questão dos precatórios	706
4.12.6.7 Regime especial de pagamento dos precatórios	707
4.12.6.8 Requisição de pequeno valor – RPV	711
4.12.7 Execução de prestação alimentícia	712
4.12.8 Embargos do devedor	714
4.12.8.1 Embargos de retenção por benfeitorias	716
4.12.8.2 Embargos de adjudicação, alienação ou arrematação	717
4.12.8.3 Embargos na execução por carta	717

4.12.8.4 Reconhecimento do crédito e ausência de embargos do devedor	718
4.12.8.5 Exceção de pré-executividade.....	721
4.12.8.6 Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	723
4.12.9 Execução fiscal.....	724
4.12.9.1 Legitimidade	725
4.12.9.2 Competência	725
4.12.9.3 Petição inicial.....	725
4.12.9.4 Citação	726
4.12.9.5 Penhora	726
4.12.9.6 Embargos do devedor	727
4.12.9.7 Ação de repetição do indébito e ação anulatória	728
4.12.9.8 Remição	728
4.12.9.9 Arrematação e adjudicação	729
4.12.9.10 Pagamento.....	729
4.12.9.11 Suspensão.....	730
4.12.10 Execução por quantia certa contra devedor insolvente	730
4.12.10.1 Insolvência	730
4.12.10.2 Legitimidade	731
4.12.10.3 Procedimento bifásico.....	731
4.12.10.4 Declaração de insolvência.....	732
4.12.10.5 Insolvência requerida pelo credor.....	732
4.12.10.6 Insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio	733
4.12.10.7 Declaração judicial de insolvência.....	734
4.12.10.8 Atribuições do administrador.....	735
4.12.10.9 Verificação e classificação dos créditos	735
4.12.10.10 Saldo devedor.....	736
4.12.10.11 Extinção das obrigações.....	737

5 - PROCESSO CAUTELAR

5.1 Considerações preliminares	739
5.1.1 Requisitos para a concessão das medidas cautelares	740
5.1.2 Legitimidade	740

5.1.3 Competência	741
5.1.4 Princípios processuais cautelares	741
5.1.5 Procedimento geral para as ações cautelares	742
5.2 Procedimentos cautelares específico ou nominados	746
5.2.1 Arresto	746
5.2.2 Sequestro	748
5.2.3 Caução	749
5.2.4 Busca e apreensão	751
5.2.5 Exibição	752
5.2.6 Produção antecipada de provas	753
5.2.7 Alimentos provisionais	754
5.2.8 Arrolamento de bens	754
5.2.9 Justificação	755
5.2.10 Protestos, notificações e interpelações	756
5.2.11 Homologação do penhor legal	757
5.2.12 Posse em nome do nascituro	758
5.2.13 Atentado	758
6 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	
6.1 Procedimentos especiais contenciosos	761
6.2 Ação de consignação em pagamento	762
6.2.1 Competência	763
6.2.2 Legitimidade	763
6.2.3 Procedimento extrajudicial de consignação em pagamento	763
6.2.4 Procedimento judicial de consignação em pagamento	764
6.2.5 Pedido de prestação periódica na ação de consignação em pagamento	767
6.2.6 Consignação em pagamento de coisa indeterminada	767
6.2.7 Dúvida quanto ao credor na ação de consignação	768
6.3 Ação de depósito	768
6.3.1 Competência	769
6.3.2 Legitimidade	769
6.3.3 Procedimento	769
6.3.4 Prisão civil do depositário infiel – Possibilidade ou não?	770

6.4 Ação de anulação e substituição de títulos ao portador	771
6.4.1 Título ao portador	772
6.4.2 Legitimidade	773
6.4.3 Competência	773
6.4.4 Procedimento de reivindicação, anulação e substituição de título.....	773
6.5 Ação de prestação de contas	774
6.5.1 Legitimidade	775
6.5.2 Competência	775
6.5.3 Procedimento (ação) para exigir a prestação de contas	775
6.5.4 Procedimento (ação) para prestar contas	776
6.5.5 Contas do inventariante, tutor, curador e outros	777
6.6 Ações possessórias.....	777
6.6.1 Legitimidade	778
6.6.2 Competência	778
6.6.3 Fungibilidade das ações possessórias	778
6.6.4 Procedimento das ações possessórias (manutenção e reintegração)	779
6.6.5 Proibição de discussão sobre domínio nas ações possessórias	782
6.7 Ação de nunciação de obra nova	783
6.7.1 Obra nova.....	783
6.7.2 Restrições ao direito de construir.....	784
6.7.3 Legitimidade	786
6.7.4 Competência	786
6.7.5 Procedimento extrajudicial de embargo de obra nova	786
6.7.6 Procedimento da ação de nunciação de obra nova.....	786
6.8 Ação de usucapião de terras particulares	788
6.8.1 Requisitos para requerer a usucapião	788
6.8.2 Espécies de usucapião existentes no Código Civil	789
6.8.3 Legitimidade	790
6.8.4 Competência	790
6.8.5 Procedimento da ação de usucapião	790
6.9 Ação de divisão e demarcação de terras particulares	791
6.9.1 Considerações preliminares	791

6.9.2 Competência	792
6.9.3 Legitimidade	792
6.9.4 Ação demarcatória de terras.....	792
6.9.4.1 Petição inicial da ação demarcatória de terras	793
6.9.4.2 Citação	793
6.9.4.3 Procedimento	793
6.9.4.4 Sentença – encerramento da 1ª. fase do procedimento	794
6.9.4.5 Execução da sentença – 2ª. fase do procedimento	794
6.9.4.6 Sentença homologatória – 2ª. fase do procedimento	795
6.9.5 Ação de divisão.....	796
6.9.5.1 Petição inicial da ação de divisão	796
6.9.5.2 Citação	796
6.9.5.3 Procedimento	796
6.9.5.4 Sentença – encerramento da 1ª. fase do procedimento	796
6.9.5.5 Execução da sentença – 2ª. fase do procedimento	797
6.9.5.6 Sentença homologatória – 2ª. fase do procedimento	798
6.10 Inventário e partilha	799
6.10.1 Conceito de inventário	799
6.10.2 Conceito de partilha	799
6.10.3 Modalidades de inventário.....	800
6.10.4 Prazo para abertura do inventário	800
6.10.5 Inventário – contencioso ou voluntário.....	800
6.10.6 Competência	801
6.10.7 Administrador provisório.....	801
6.10.8 Legitimidade para requerer o inventário	801
6.10.9 Inventariante	802
6.10.9.1 Atribuições do inventariante	803
6.10.10 Primeiras declarações.....	804
6.10.11 Citações.....	805
6.10.12 Impugnações	805
6.10.13 Avaliação e cálculo do imposto	806
6.10.14 Últimas declarações	807
6.10.15 Colações.....	807

6.10.16 Pagamento das dívidas.....	808
6.10.17 Partilha	809
6.10.18 Partilha amigável	810
6.10.19 Rescisão da partilha	810
6.10.20 Arrolamento	810
6.10.21 Medidas cautelares.....	812
6.10.22 Sobrepartilha	812
6.11 Embargos de terceiro	813
6.11.1 Considerações preliminares	813
6.11.2 Terceiro	813
6.11.3 Legitimidade	813
6.11.4 Competência	814
6.11.5 Procedimento	814
6.12 Habilitação	815
6.13 Restauração de autos.....	816
6.14 Ação monitória.....	818
6.14.1 Conceito	818
6.14.2 legitimidade.....	819
6.14.3 Competência	819
6.14.4 Procedimento	819
6.15 Procedimentos especiais previstos na lei de locação	821
6.15.1 Considerações preliminares	821
6.15.2 Locação residencial.....	824
6.15.3 Locação para temporada	825
6.15.4 Locação não residencial e o direito de renovação do contrato	825
6.15.5 Aspectos gerais dos procedimentos previstos na Lei de Locação.....	826
6.15.6 Ação de despejo	827
6.15.7 Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	830
6.15.8 Ação revisional de aluguel	831
6.15.9 Ação renovatória.....	832
6.16 Arbitragem	834

6.16.1	Considerações iniciais.....	834
6.16.2	Convenção de arbitragem e seus efeitos	835
6.16.3	Cláusulas obrigatórias no compromisso arbitral	837
6.16.4	Extinção do compromisso arbitral	838
6.16.5	Árbitros	838
6.16.6	Procedimento arbitral.....	839
6.16.7	Sentença arbitral	841
6.16.8	Nulidade da sentença arbitral.....	842
6.16.9	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	843
6.17	Ação de divórcio	845
6.17.1	Casamento.....	845
6.17.2	Capacidade para o casamento	845
6.17.3	Impedimentos para o casamento	846
6.17.4	Causas suspensivas para o casamento	846
6.17.5	Prova do casamento	847
6.17.6	Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal	847
6.17.7	Procedimento extrajudicial de divórcio	848
6.17.8	Ação de divórcio judicial consensual	848
6.17.9	Ação de divórcio litigioso.....	850
6.17.9.1	Procedimento do divórcio judicial litigioso	851
6.17.10	Competência	852
6.17.11	Legitimidade	852
6.17.12	Emenda Constitucional n. 66/2010.....	852
6.18	Ação de alimentos	853
6.18.1	Alimentos.....	853
6.18.2	Legitimidade para requerer os alimentos	854
6.18.3	Necessidade e possibilidade.....	854
6.18.4	Alimentos provisórios e definitivos	855
6.18.5	Alimentos provisórios e provisionais.....	855
6.18.6	Competência	856
6.18.7	Procedimento	856
6.18.7.1	Petição inicial.....	856

6.18.7.2 Deferimento da petição inicial	857
6.18.7.3 Citação	857
6.18.7.4 Obrigatoriedade de comparecimento em audiência	857
6.18.7.5 Audiência de conciliação e julgamento	858
6.18.8 Ação revisional de alimentos	859
6.18.9 Execução de alimentos.....	859
6.18.10 Alimentos gravídicos	860
6.19 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	862
6.19.1 Disposições Gerais dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária	862
6.19.2 Alienações Judiciais.....	864
6.19.3 Procedimento de abertura de testamentos e codicilo	865
6.19.4 Herança jacente.....	868
6.19.5 Procedimento de arrecadação de bens dos ausentes	870
6.19.6 Procedimento de arrecadação de coisas vagas	871
6.19.7 Procedimento da curatela dos interditos e da tutela de órfãos	872
6.19.7.1 Nomeação do tutor ou curador.....	874
6.19.7.2 Remoção e dispensa de tutor ou curador	874
6.19.8 Organização e fiscalização das fundações	875
6.19.9 Procedimento da especialização da hipoteca legal	876
7 - JUIZADOS ESPECIAIS	
7.1 Juizados Especiais Cíveis Estaduais	879
7.1.1 Cabimento	879
7.1.2 Competência	881
7.1.3 Juiz, conciliadores e juízes leigos	881
7.1.4 Partes.....	882
7.1.5 Assistência do advogado	882
7.1.6 Intervenção de terceiro, assistência e litisconsórcio	883
7.1.7 Participação do Ministério Público.....	883
7.1.8 Atos processuais.....	883
7.1.9 Formação do procedimento no Juizado Especial Cível – petição inicial	884
7.1.10 Citações e intimações.....	885

7.1.11 Revelia	886
7.1.12 Audiência de conciliação e juízo arbitral	886
7.1.13 Audiência de instrução e julgamento	886
7.1.14 Resposta do réu	887
7.1.15 Provas.....	888
7.1.16 Decisões interlocutórias – irrecorríveis	889
7.1.17 Sentença	889
7.1.18 Recurso no Juizado Especial Cível.....	890
7.1.19 Embargos de declaração	892
7.1.20 Recurso extraordinário no Juizado Especial Cível	892
7.1.21 Execução	892
7.1.22 Despesas.....	895
7.1.23 Juizado Especial Cível e o Estado Democrático de Direito.....	895
7.1.24 Enunciados do FONAJE.....	909
7.2 Juizado especial da Fazenda Pública	921
7.2.1 Competência	921
7.2.2 Legitimidade	922
7.2.3 Petição inicial.....	922
7.2.4 Citação e intimação.....	922
7.2.5 Prazos.....	923
7.2.6 Representantes da Fazenda Pública	923
7.2.7 Análise sobre a possibilidade de conciliação ou julgamento	923
7.2.8 Advogado.....	924
7.2.9 Audiência de conciliação	924
7.2.10 Audiência de instrução e julgamento	924
7.2.11 Resposta do réu	925
7.2.12 Provas.....	925
7.2.13 Sentença	926
7.2.14 Recurso no Juizado Especial da Fazenda Pública	927
7.2.15 Embargos de declaração	928
7.2.16 Recurso extraordinário no juizado especial	929
7.2.17 Uniformização de interpretação de lei	929
7.2.18 Execução de obrigação de fazer/não fazer e dar coisa	930

7.2.19 Execução de obrigação de pagar quantia certa	930
7.2.20 Disposições gerais e transitórias	931
7.3 Juizados especiais cíveis federais	932
7.3.1 Considerações preliminares	932
7.3.2 Competência	933
7.3.3 Legitimidade	933
7.3.4 Advogado	933
7.3.5 Atos processuais.....	933
7.3.6 Petição inicial.....	934
7.3.7 Audiência de conciliação	935
7.3.8 Audiência de instrução e julgamento	936
7.3.9 Resposta do réu	936
7.3.10 Provas.....	936
7.3.11 Sentença	937
7.3.12 Recurso no Juizado Especial Federal.....	938
7.3.13 Embargos de declaração	939
7.3.14 Recurso extraordinário no Juizado Especial Federal	940
7.3.15 Uniformização de interpretação de lei	940
7.3.16 Execução de obrigação de fazer/não fazer e dar coisa	941
7.3.17 Execução de obrigação de pagar quantia certa	941
7.3.18 Enunciados do FONAJEF	942
8 - AÇÕES CONSTITUCIONAIS	
8.1 Habeas corpus	953
8.1.2 Cabimento	953
8.1.3 Habeas corpus preventivo e liberatório.....	954
8.1.4 Legitimação ativa.....	954
8.1.5 A dispensabilidade do advogado no habeas corpus	955
8.1.6 Legitimação passiva.....	959
8.1.7 Ministério Público.....	959
8.1.8 Procedimento do habeas corpus.....	959
8.1.9 Habeas corpus em prisão civil	960
8.2 Mandado de segurança.....	962
8.2.1 Prazo	963

8.2.2 Interposição e comunicação do mandado de segurança	964
8.2.3 Vedações para o uso do mandado de segurança	964
8.2.4 Legitimidade	964
8.2.5 Procedimento do mandado de segurança	965
8.2.6 Recursos no mandado de segurança	968
8.2.7 Execução no mandado de segurança.....	969
8.2.8 Coisa julgada em mandado de segurança	969
8.2.9 Mandado de segurança coletivo.....	970
9 - PROCESSO ELETRÔNICO OU AUTOS VIRTUAIS	
9.1 Informatização do “processo judicial” ou virtualização dos autos	971
9.2 Comunicação eletrônica dos atos processuais	972
9.3 Diário da justiça eletrônico	973
9.4 Prazos	973
9.5 Autos virtuais	974
9.6 Citações e intimações.....	975
9.7 Petições em geral	975
9.8 Provas.....	976
10 - REFERÊNCIAS	977